

Primeiro Termo Aditivo – Contrato N.º 003/ANA/2011

INDICADOR 4 OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Indicador 4B – Cadastro de Usuários

Manter atualizado o cadastro dos usos e usuários de recursos hídricos de corpos de água interestaduais na bacia e, apresentar Relatório Anual com o Estado da Arte.

ESTADO DOS CADASTROS DE USUÁRIOS NAS BACIAS PCJ NO ANO DE 2015

Piracicaba, janeiro de 2016

SUMÁRIO

1. Introdução	3
2. Área de abrangência das Bacias PCJ e dominialidade das águas	4
Tabela 1 - Descrição das áreas das Bacias PCJ.	4
Imagem 1 - Dominialidade dos rios nas Bacias PCJ.	5
3. Cadastro no âmbito Federal	6
Tabela 2 – Usuários de corpos d’água de domínio da União nas Bacias PCJ em cobrança no ano de 2015, conforme finalidade.	7
Tabela 3 – Número de usuários ativos em cobrança da União nas Bacias PCJ, conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.	8
Gráfico 1 - Usuários ativos em cobrança da União nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.	9
Tabela 4 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, no ano 2015.	10
Gráfico 2 – Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, no ano 2015.	10
Gráfico 3 - Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Federal no ano de 2015.	12
4. Cadastro no âmbito Estadual Paulista	13
Tabela 6 – Número de usuários ativos em cobrança no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.	13
Gráfico 4 - Usuários ativos em cobrança no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.	14
Tabela 7 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano 2015.	15
Gráfico 5 - Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano 2015.	15
Tabela 8 – Valores cobrados por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano de 2014 e 2015.	16
Gráfico 6 - Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Estadual Paulista no ano de 2015.	17
5. Cadastro no âmbito Estadual Mineiro	18
Tabela 9 – Número de usuários ativos em cobrança no Estado de Minas Gerais nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.	18
Gráfico 7 - Usuários ativos em cobrança no Estado de Minas Gerais nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.	19
Tabela 10 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano 2015.	20
Gráfico 8 - Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano 2015.	20
Tabela 11 – Valores cobrados por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano de 2014 e 2015.	21
Gráfico 9 – Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Estadual Mineira no ano de 2015.	22

1. Introdução

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos tem por objetivo reconhecer a água como um bem público de valor econômico, visando dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar o uso racional e sustentável da água; obter recursos financeiros para o financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos e de saneamento; distribuir o custo socioambiental pelo uso degradador e indiscriminado da água e utilizar a cobrança como instrumento de planejamento, gestão integrada e descentralizada do uso da água e seus conflitos.

A cobrança se configura como um importante instrumento de gestão. Este instrumento é instituído na Lei Estadual Paulista n° 7.663/91, na Lei Federal n° 9.433/97 e na Lei Estadual Mineira n° 13.199/99 estabelecendo um reforço institucional e jurídico para sua aplicação. A implantação efetiva da cobrança pelo uso dos recursos hídricos iniciou-se, nas Bacias PCJ, em janeiro de 2006, em rios de domínio da União. Após um ano, em janeiro de 2007, iniciou-se a cobrança pelo uso dos recursos em rios de domínio do Estado de São Paulo e, em 2010, foi iniciada a cobrança no Estado de Minas Gerais.

Os cadastros de usuários de recursos hídricos são de suma importância para a gestão desses recursos, tendo como objetivo o conhecimento sobre a demanda de água na bacia hidrográfica, tornando-se uma fonte de informação para os instrumentos de gestão como a cobrança, a outorga, a fiscalização e o enquadramento dos corpos d'água. As informações sobre os usos podem ser geradas pelos usuários ou pelas entidades responsáveis pela outorga de direito de uso e licenciamento ambiental, conforme critérios adotados pelos órgãos gestores em cada uma das dominialidades.

Nota-se, em tempo, que nas Bacias PCJ existem alguns empreendimentos com usos dos recursos hídricos distribuídos em mais de uma dominialidade, como por exemplo, com captações sob tutela federal e lançamentos sob tutela estadual. Em decorrência de situações como estas, observa-se que pode haver, portanto, usuários contabilizados tanto no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH quanto nos cadastros estaduais.

2. Área de abrangência das Bacias PCJ e dominialidade das águas

A região das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí - Bacias PCJ - possui uma área de 15.303,67 Km² distribuídos entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais e abrange áreas de 76 municípios, dos quais 62 têm sede nas áreas de drenagem da região. Desses, 58 estão no Estado de São Paulo e 4 em Minas Gerais. A área da bacia se situa entre os meridianos 46° e 49° Oeste e latitudes 22° e 23,5° Sul e apresenta uma extensão aproximada de 300 km no sentido Leste-Oeste e 100 km no sentido Norte-Sul. Em termos hidrográficos há três unidades distintas, todas com afluência para o Rio Tietê. Na Tabela 1 a distribuição destes territórios.

Tabela 1 - Descrição das áreas das Bacias PCJ.

Bacias	Área – SP (km ²)	Área – MG (km ²)	Área total (km ²)	Área total (%)
Piracicaba	11.402,84	1.165,88	12.568,72	82,13%
Capivari	1.620,92	-	1.620,92	10,59%
Jundiaí	1.114,03	-	1.114,03	7,28%
Total PCJ	14.137,79	1.165,88	15.303,67	100,00%

Fonte: Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020.

Em relação aos cadastros de usuários para fins de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, são abrangidas as informações relacionadas às vazões utilizadas, denominação e localização dos corpos d'água, atividades e intervenções que os usuários realizam através de captação de água superficial e subterrânea, bem como lançamento de efluentes.

Por abranger dois Estados, a bacia possui corpos hídricos tanto sob dominialidade estadual quanto da União. O cadastramento de usuários nos sistemas de cobranças nas Bacias PCJ, portanto, é subdividido em três dominialidades: Federal, Estadual Paulista e Estadual Mineira, que constam, respectivamente, nos bancos de dados dos sistemas de cobrança da ANA, da Agência das Bacias PCJ e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Na Imagem 1, verifica-se esta situação.

Imagem 1 - Dominalidade dos rios nas Bacias PCJ.



Fonte: ANA.

3. Cadastro no âmbito Federal

Com relação à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União, o cadastramento dos usuários ocorre no CNARH, ferramenta administrada pela ANA, e que possui módulo específico para suporte ao gerenciamento da cobrança. Os registros são realizados pelos usuários, conforme determina a Resolução ANA N.º 317, de 26 de agosto de 2003, e a Agência das Bacias PCJ presta suporte no atendimento aos usuários da cobrança federal em sua área de abrangência.

Nas Bacias PCJ, a emissão de Outorgas de Direito de Uso dos Recursos Hídricos em corpos d'água que estão sob domínio da União é realizada, mediante delegação da ANA, pelo Departamento Estadual de Energia Elétrica – DAEE no estado de São Paulo e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM no estado de Minas Gerais, conforme determina a Resolução ANA N.º 429 de 4 de agosto de 2004. A ANA é responsável, contudo, pelas atividades de fiscalização dos usos nesse domínio.

Mediante consulta feita ao CNARH, pode-se observar que, no ano de 2015, 121 usuários em situação de cobrança estavam cadastrados nas Bacias PCJ. Em comparação com 2014, este número teve um aumento de um usuário. Conforme classificação utilizada pelo CNARH, os usuários são distribuídos de acordo com suas finalidades de uso, sendo que usuários que possuem mais de uma finalidade são classificados como "Diversos". A descrição desse universo, conforme finalidades informadas no sistema, é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Usuários de corpos d’água de domínio da União nas Bacias PCJ em cobrança no ano de 2015, conforme finalidade.

Finalidade	N.º de usuários 2014	N.º de usuários 2015
Abastecimento Público	3	4
Aquicultura	1	1
Diversos	28	29
Esgotamento Sanitário	4	4
Indústria	59	57
Irrigação	13	13
Mineração	11	10
Outros	3	3
TOTAL	122	121

Fonte: ANA, 2015.

Para uma melhor análise das informações cadastrais dos usuários da Cobrança Federal, a Agência PCJ utiliza uma classificação de usuário por segmento, a qual considera o setor de atuação do usuário, finalidade que possui maior representatividade no valor cobrado do usuário, e publicações da própria ANA. Desta forma, a reclassificação resultou nos seguintes segmentos:

- a) Usuários com finalidades Abastecimento público e Esgotamento sanitário foram classificados como Saneamento.
- b) Usuários classificados como Indústria são os mesmos que declaram esta finalidade de uso no CNARH.
- c) Usuários cujos fins são irrigação, criação animal ou aquicultura foram reclassificados como segmento Agropecuário.
- d) O setor Mineração permaneceu com os usuários cadastrados com esta finalidade.
- e) O Setor Outros engloba empreendimentos que não se enquadram nos demais, como universidades, hotéis, clubes etc. Nos casos de empreendimentos com mais de uma finalidade, originalmente identificados no CNARH na categoria Diversos, foram

contabilizados (reclassificados) considerando a finalidade que resulta no maior valor cobrado.

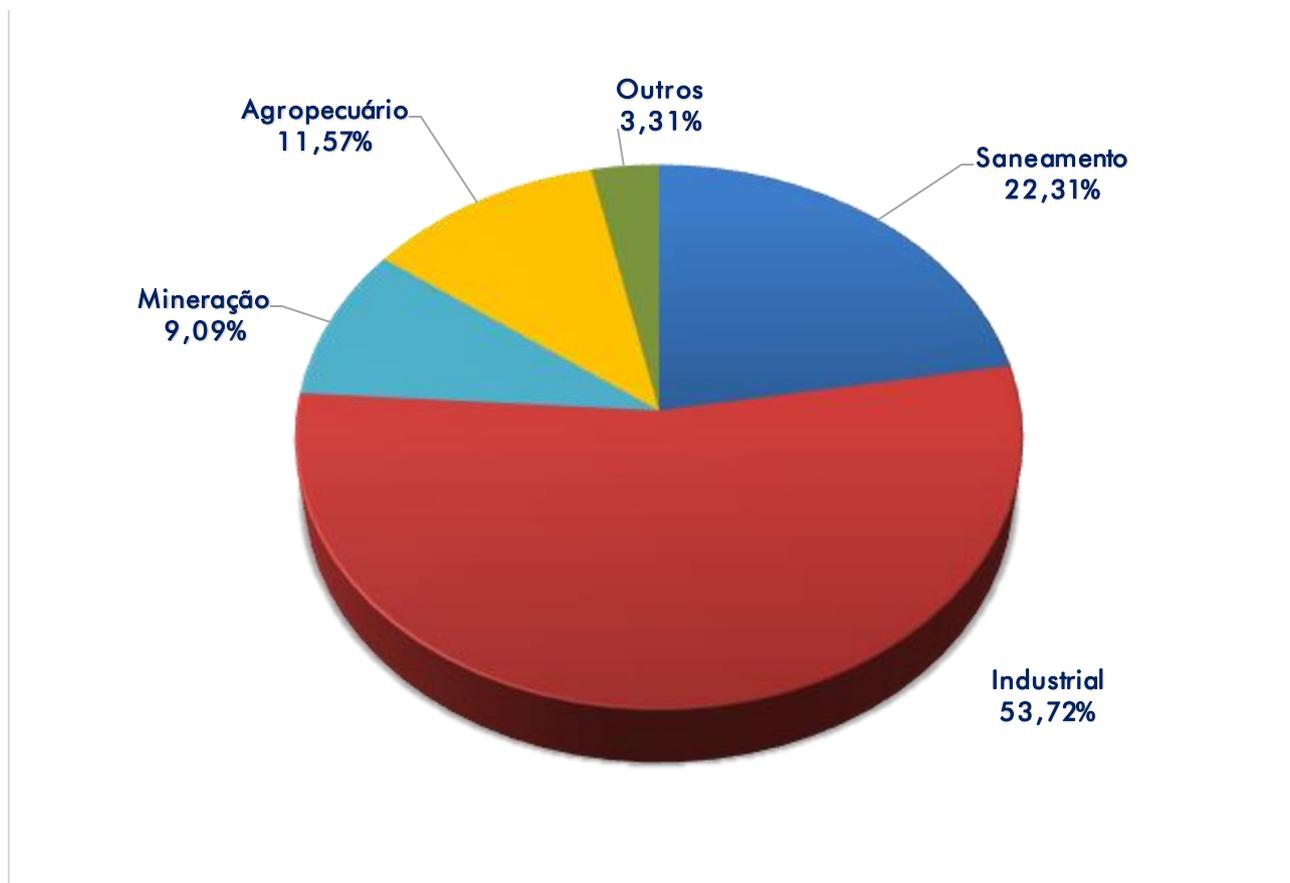
Observa-se que não houve alteração significativa do número de usuários da cobrança PCJ Federal, com relação ao ano de 2014, conforme observa-se na Tabela 3. O setor com maior número de usuários em cobrança é o Industrial, com mais de 50% do total de cadastros, conforme verifica-se no Gráfico 1.

Tabela 3 – Número de usuários ativos em cobrança da União nas Bacias PCJ, conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.

Segmento	N.º de Usuários 2014	N.º de Usuários 2015
Saneamento	28	27
Industrial	65	65
Mineração	12	11
Agropecuário	14	14
Outros	3	4
TOTAL	122	121

Fonte: ANA, 2015.

Gráfico 1 - Usuários ativos em cobrança da União nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.



Fonte: ANA, 2015.

O número de usuários em Cobrança Federal é pequeno em relação ao total de usuários cadastrados no banco de dados da cobrança de domínio Estadual Paulista. Isso deve-se ao fato do cadastro da cobrança Federal abranger, em geral, grandes captações superficiais, não contemplando captações de águas subterrâneas.

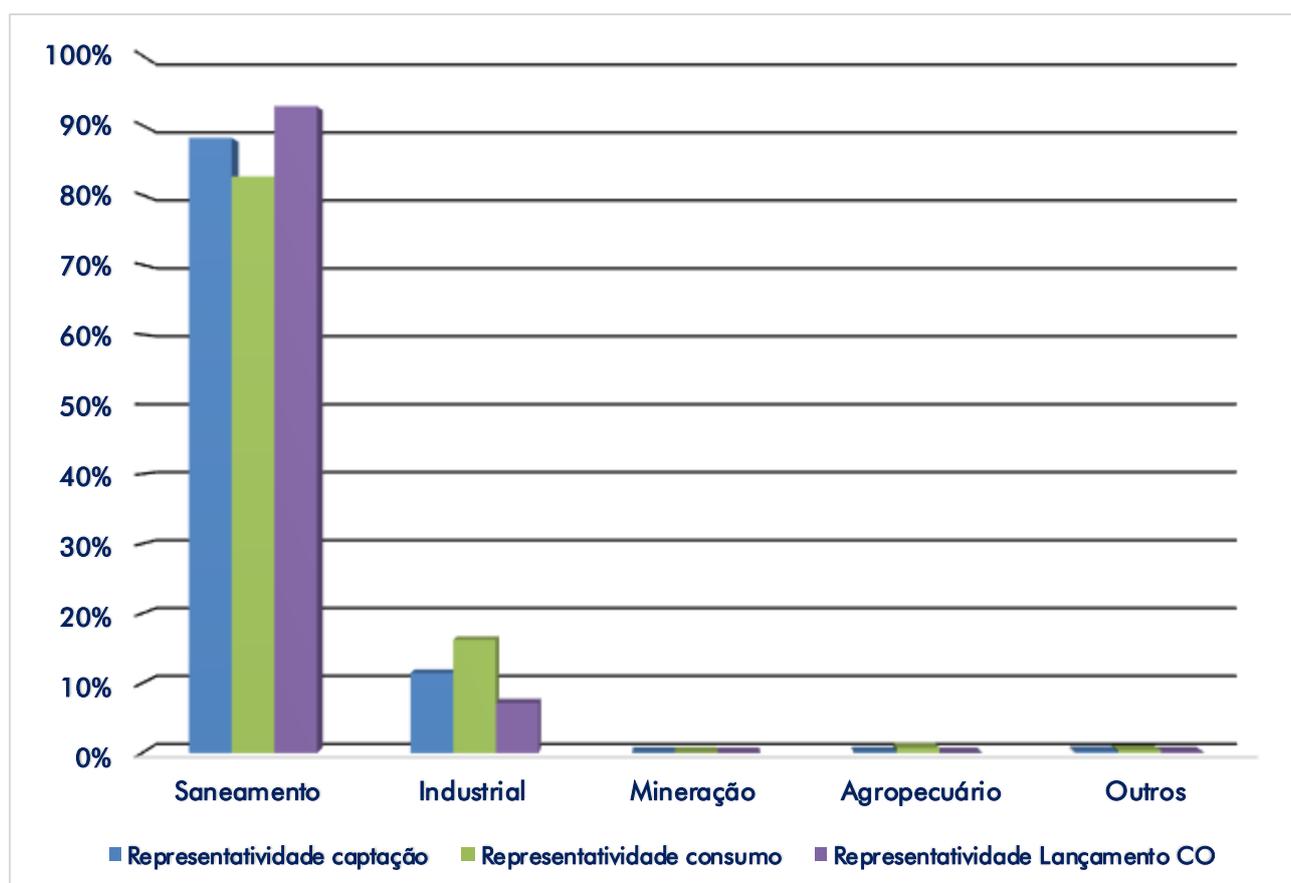
Os maiores usuários, com relação à representatividade dos volumes de água captados, são os do segmento Saneamento, conforme apresentado nas Tabelas 4 e no Gráfico 2 a seguir. A mesma tendência é observada com relação ao volume de água consumido e ao lançamento de carga orgânica.

Tabela 4 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, no ano 2015.

Segmento	Volume captação (m ³)	Volume consumo (m ³)	Lançamento CO (Kg)
Saneamento	1.505.253.629	168.148.703	24.020.852
Industrial	194.780.179	32.973.445	1.843.198
Mineração	1.623.440	146.418	1.334
Agropecuário	1.942.756	1.434.172	53
Outros	3.190.823	767.092	33.177
TOTAL	1.706.790.827	203.469.829	25.898.613

Fonte: ANA, 2015.

Gráfico 2 – Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, no ano 2015.



Fonte: ANA, 2015.

Com relação ao valor cobrado, de acordo com a Tabela 5, houve um aumento total de 2%. O setor de Saneamento representa o maior valor cobrado, porém o aumento mais expressivo, em 2015 com relação a 2014, foi o do setor Agropecuário.

Tabela 5 - Valores cobrados por segmento de usuários da Cobrança Federal nas Bacias PCJ, no ano de 2014 e 2015.

Segmento	Valor cobrado total (R\$)		Var. %
	2014	2015	
Saneamento	15.690.716,00	15.698.416,00	+0,05%
Industrial	2.286.841,00	2.644.817,07	+15,65%
Mineração	10.175,00	11.596,01	+13,97%
Agropecuário	7.135,00	13.651,16	+91,33%
Outros	16.686,00	21.370,60	+28,08%
TOTAL	18.011.553,00	18.389.850,84	+2,10%

Fonte: ANA, 2015.

O aumento observado no valor total cobrado de 2014 para 2015, no caso da Cobrança Federal, se deu por conta da atualização dos Preços Unitários Básicos em 2015, sendo que os usuários também foram cobrados pela diferença de cálculo dessa atualização de preços referente aos últimos 5 meses de 2014, período em que os novos preços entraram em vigência. Se não ocorresse tal atualização, o valor cobrado poderia ser inferior ao cobrado em 2014, tendo em vista que, em virtude da crise hídrica, os usuários fizeram estimativas menores de captação para 2015, e as medições realizadas em 2014 foram menores que as previstas para o ano.

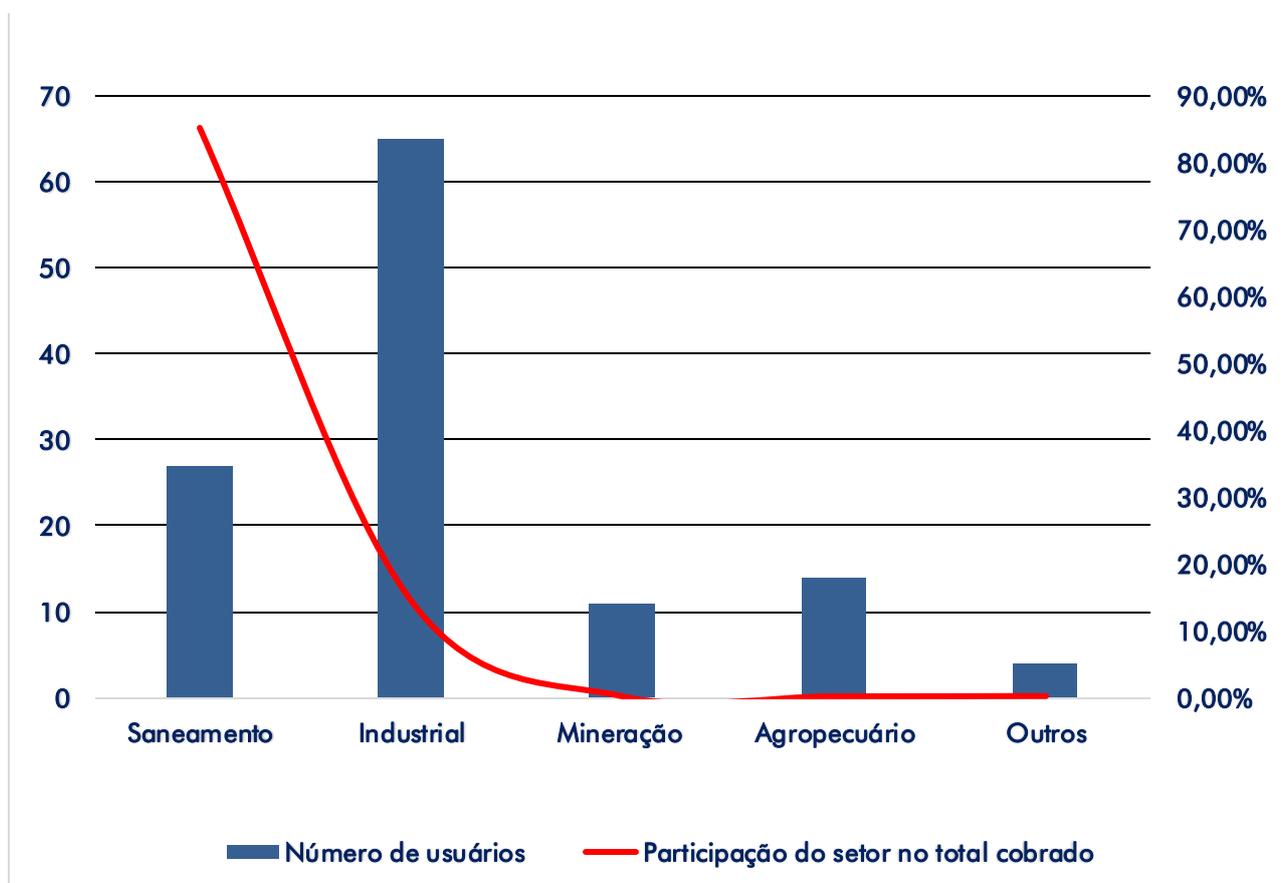
Fazendo-se uma comparação entre o número de usuários ativos e o valor cobrado da União em 2015, tem-se que o setor que apresenta o valor mais elevado (cerca de 85%) é o de Saneamento, apesar de o setor Industrial apresentar o maior número de usuários cadastrados, conforme indica o

Gráfico 3.

Com isso, conclui-se que o valor cobrado está mais diretamente relacionado com o volume captado e consumido e não com o número de usuários. Além disso, a carga orgânica

lançada nos corpos d'água impacta significativamente no valor cobrado, tendo em vista que, nas Bacias PCJ, este tipo de uso possui seu preço unitário mais alto, em comparação ao de captação e de consumo. Outro fato relevante é que, no caso da Cobrança Federal, no segmento Saneamento está contabilizada a proporção equivalente a 75% do uso referente à transposição do Sistema Cantareira.

Gráfico 3 - Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Federal no ano de 2015.



Fonte: ANA, 2015.

A planilha com a relação dos usuários com cadastro ativo para Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no âmbito federal nas bacias PCJ pode ser acessada através do seguinte link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-federal-2015.pdf>.

4. Cadastro no âmbito Estadual Paulista

Os registros são realizados pela Agência das Bacias PCJ, em banco de dados próprio, com base em informações disponibilizadas pelos órgãos de gestão de meio ambiente e de recursos hídricos do Estado de São Paulo, mediante termos de cooperação firmados entre estas entidades e a Agência das Bacias PCJ.

O DAEE é responsável pela disponibilização de dados acerca dos usuários detentores de outorga de direito de uso, possibilitando a atualização do banco de dados com as vazões de captação e lançamento, em virtude de este ser o responsável pela emissão de Outorgas de Direito de Uso de corpos d'água que estão sob domínio do Estado de São Paulo. A CETESB é a responsável pela disponibilização das informações referentes à qualidade dos efluentes, com dados de eficiência do tratamento e concentração de Demanda Bioquímica de Oxigênio - DBO.

A partir de consulta dos cadastros ativos de usuários no banco de dados da Cobrança Estadual Paulista, verificou-se que, em 2015, haviam 2.491 usuários em cobrança, e de modo geral, observa-se aumento nos cadastros com relação a 2014, conforme indica a Tabela 6.

Tabela 6 – Número de usuários ativos em cobrança no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.

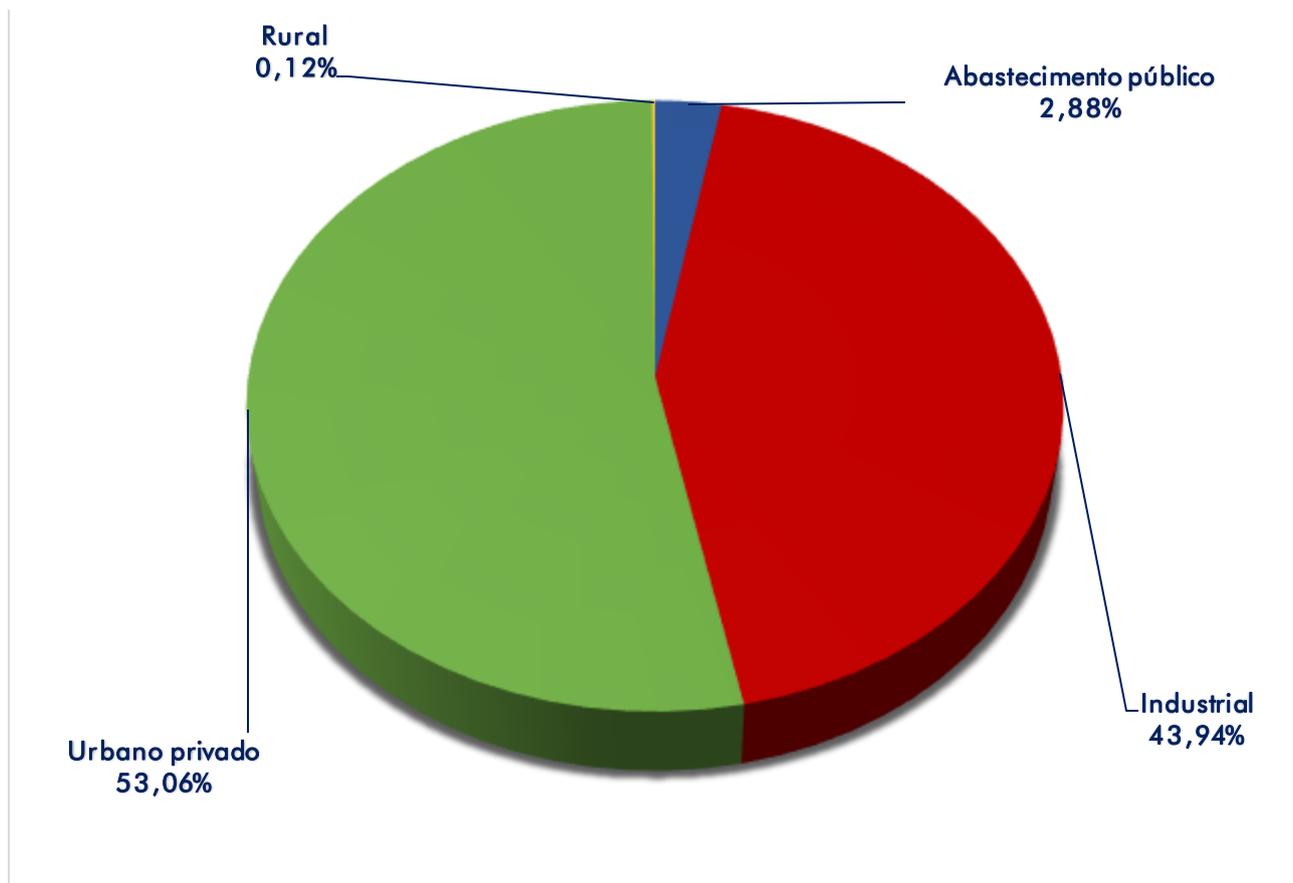
Segmento	N.º usuários 2014	N.º usuários 2015
Abastecimento público	69	71
Industrial	1067	1085
Urbano privado	1230	1310
Rural	14	3
TOTAL	2380	2469

Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

Em relação ao total usuários com cadastro ativo no banco de dados da Cobrança Estadual Paulista, nota-se um número elevado, em comparação ao número de usuários da Cobrança Federal, devido principalmente, a uma grande quantidade de usuários de águas subterrâneas. Nota-se que o número mais expressivo é o de usuários do setor Urbano

privado (que é composto por condomínios, shoppings, hotéis e clubes, dentre outros), seguido pelo setor Industrial, conforme indica o Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 - Usuários ativos em cobrança no Estado de São Paulo nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.



Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

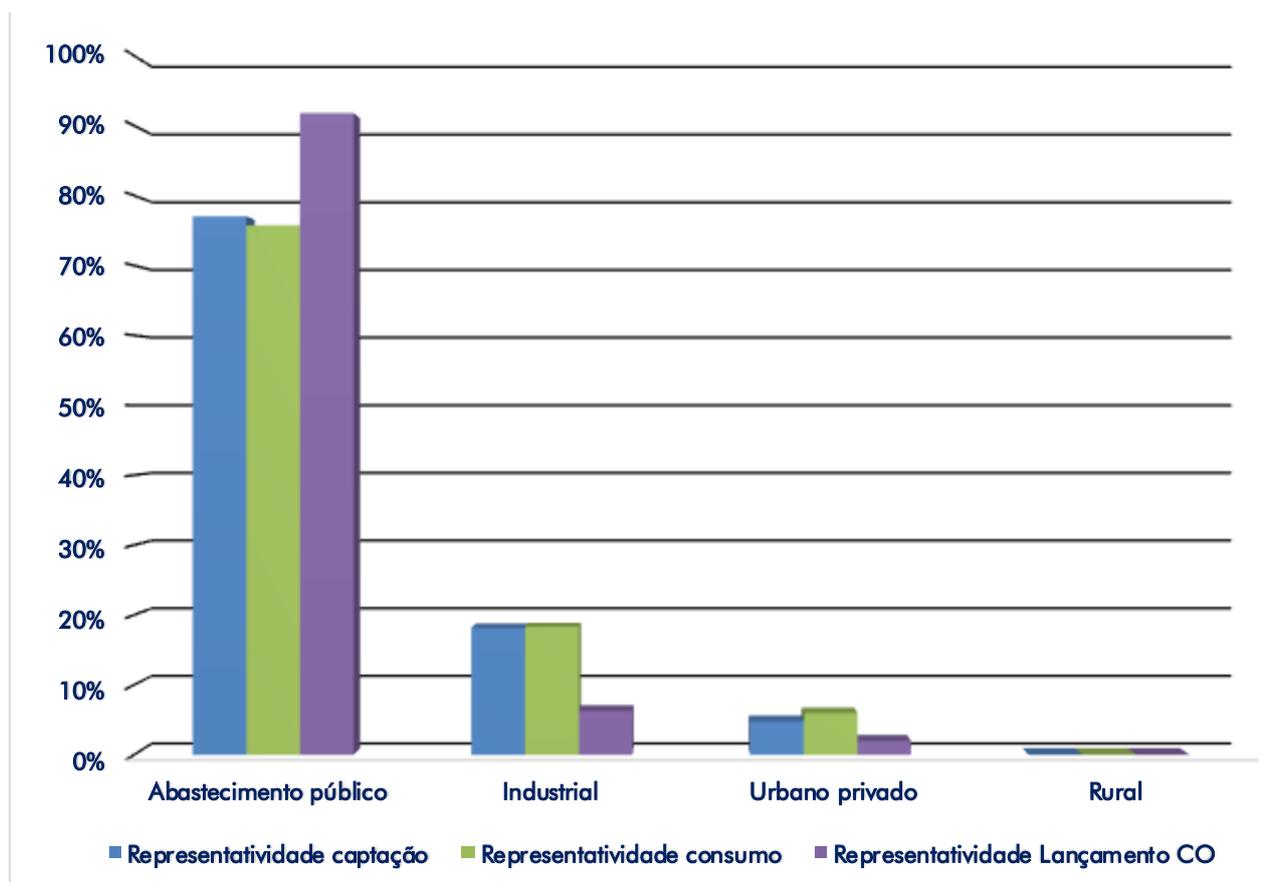
Com relação a volumes, a Tabela 7 e o Gráfico 5 indicam que os usuários do segmento Abastecimento público possuem os volumes de captação e de consumo mais representativos em 2015. Com relação à carga orgânica, o mesmo setor aparece com mais de 90% do total.

Tabela 7 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano 2015.

Finalidade	Volume captação (m³)	Volume consumo (m³)	Lançamento CO (Kg)
Abastecimento público	506.686.435	278.575.875	33.391.881
Industrial	119.596.243	67.229.163	2.279.931
Urbano privado	31.533.629	21.913.845	710.044
Rural	45.102	45.102	-
TOTAL	657.861.409	367.763.985	36.381.856

Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

Gráfico 5 - Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano 2015.



Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

Quanto aos valores da Cobrança Estadual Paulista, houve queda no valor total cobrado em 2015 com relação a 2014 de quase 10%, bem como em todos os segmentos, conforme indica a Tabela 8. O setor de usuários Abastecimento público apresentou o maior valor cobrado.

Tabela 8 – Valores cobrados por segmento de usuários da Cobrança Estadual Paulista nas Bacias PCJ, no ano de 2014 e 2015.

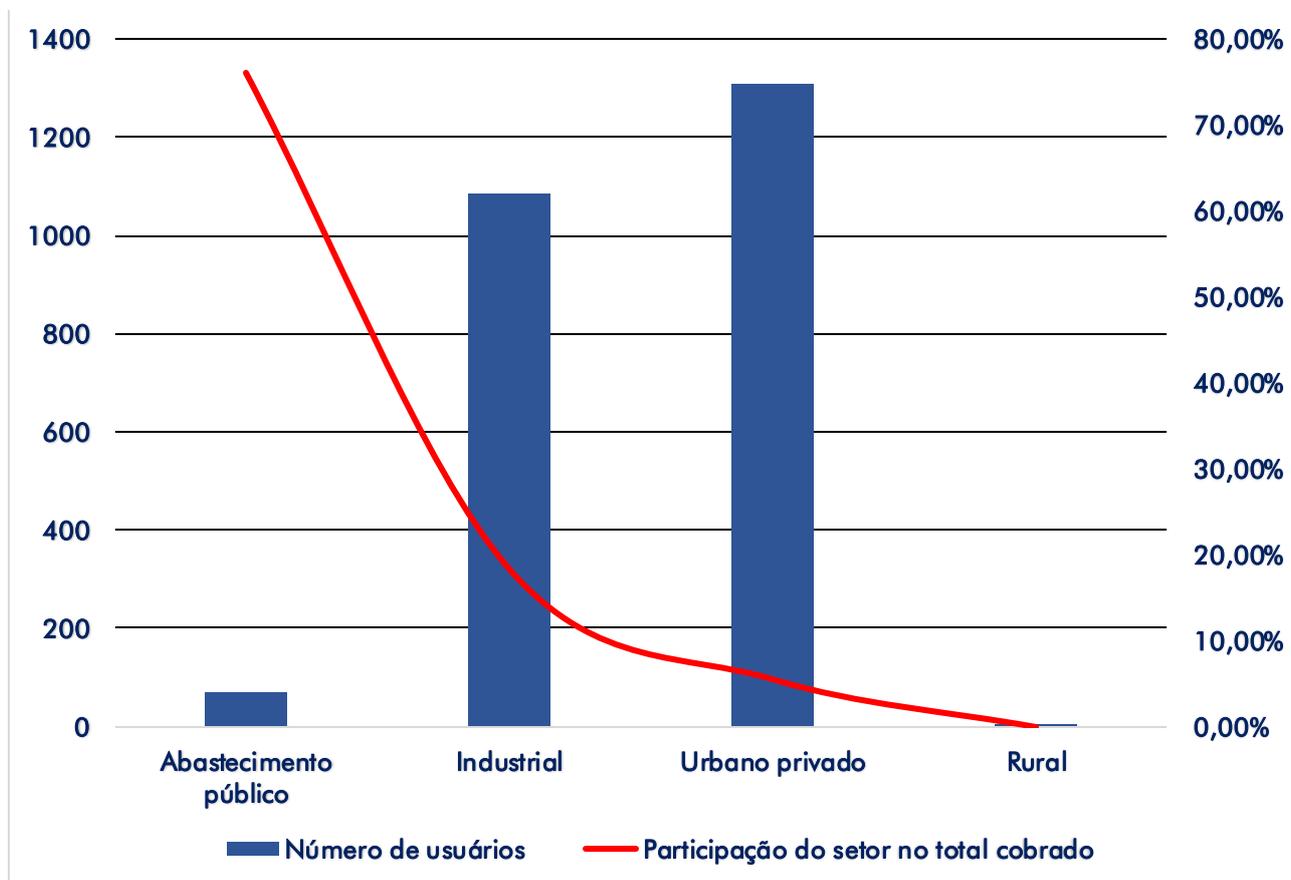
Finalidade	Valor cobrado total (R\$)		Taxa
	2014	2015	
Abastecimento público	11.970.024,43	10.734.655,75	-10,32%
Industrial	2.722.731,12	2.595.362,80	-4,68%
Urbano privado	858.247,76	785.083,05	-8,52%
Rural	10.234,60	1.420,74	-86,12%
TOTAL	15.561.237,91	13.410.647,08	-9,28%

Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

A queda no valor cobrado na Cobrança Estadual Paulista no ano de 2015, apesar do aumento do número de usuários, se justifica, em reflexo da crise hídrica, pela apresentação de volumes previstos para 2015 inferiores com relação a 2014, principalmente pelo setor Abastecimento público, além de os volumes medidos terem sido menores com relação ao previsto para 2014. A melhoria da eficiência do tratamento de efluentes pelos usuários de Abastecimento público e Indústria também reflete na queda do valor cobrado. Além disso, em 2015, houve uma grande quantidade de Dispensas de Outorga emitidas, principalmente aos usuários do setor Rural.

Realizando uma comparação entre o número de usuários ativos de cada segmento da Cobrança Estadual Paulista e sua participação no valor total cobrado, observamos que apesar de o segmento Urbano privado representar o maior número de usuários, o valor cobrado mais expressivo é representado pelo setor de Abastecimento público, como demonstrado no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Isto ocorre, principalmente pelo seu alto volume de captação e de lançamento de carga orgânica, além do fato de neste setor, está contabilizada a proporção equivalente a 25% do uso referente a transposição do Sistema Cantareira.

Gráfico 6 - Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Estadual Paulista no ano de 2015.



Fonte: Agência das Bacias PCJ, 2015.

A planilha com a relação dos usuários com cadastro ativo para Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no âmbito estadual paulista nas bacias PCJ pode ser acessada através do seguinte link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-paulista-2015.pdf>

5. Cadastro no âmbito Estadual Mineiro

O cadastramento de usuários para fins de cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais é realizado pelo IGAM, que utiliza sistema próprio, complementado pelo CNARH. A Agência das Bacias PCJ não exerce o papel de Entidade Equiparada para as funções de Agência de Bacias para a parcela mineira das Bacias PCJ.

Para corpos d'água sob domínio do Estado de Minas Gerais nas Bacias PCJ, as outorgas são emitidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD.

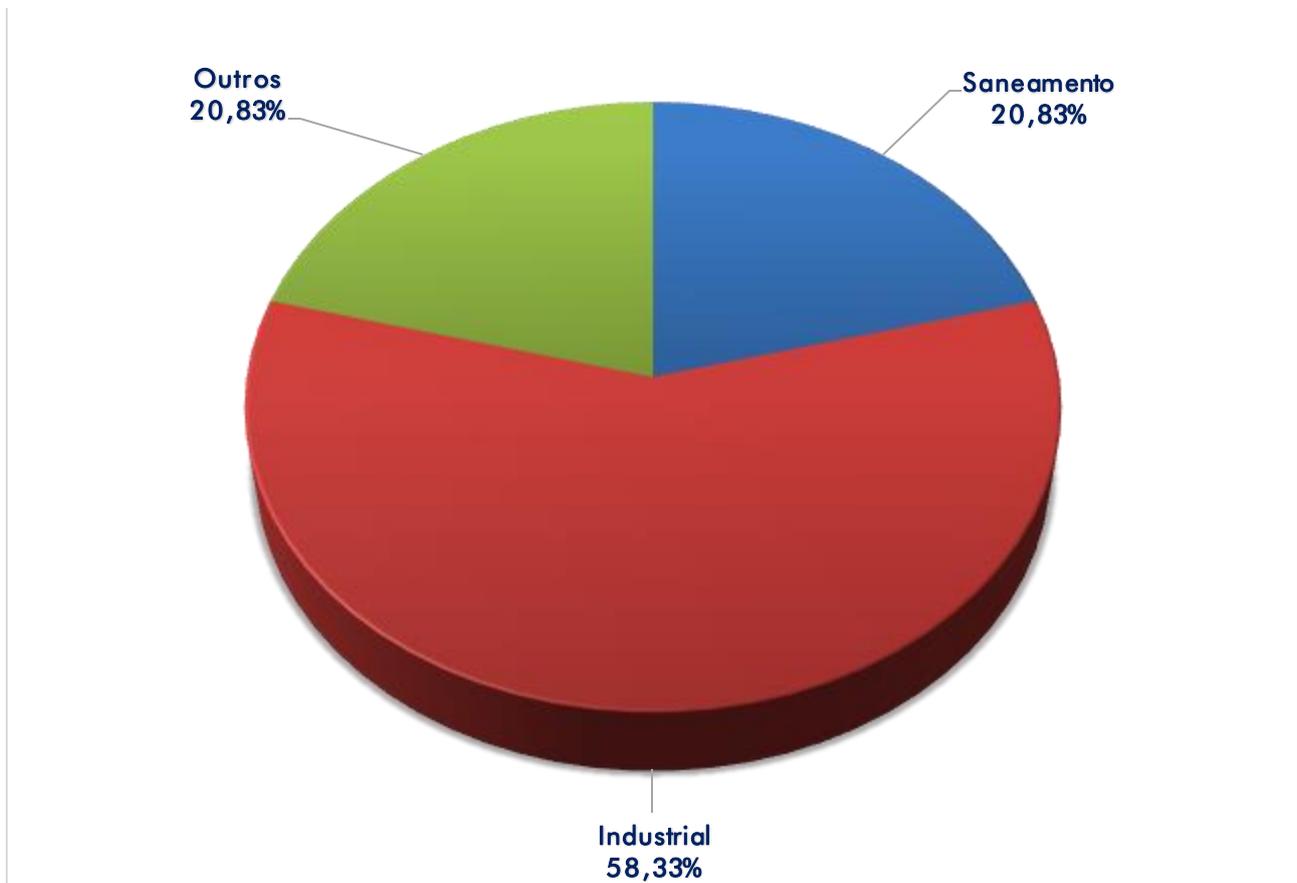
A quantidade de usuários ativos para a cobrança de domínio estadual mineiro, bem como os valores cobrados podem ser observados na Tabela 9 e o Gráfico 7. Foram considerados os usuários com cadastro ativo na Cobrança e classificação de finalidades utilizada pelo IGAM. Como pode-se observar, houve uma diminuição insignificante no número de usuários cadastrados, e predomina o número de usuários do setor Industrial.

Tabela 9 – Número de usuários ativos em cobrança no Estado de Minas Gerais nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2014 e 2015.

Segmento	N.º de Usuários 2014	N.º de Usuários 2015
Saneamento	5	5
Industrial	14	14
Outros	6	5
TOTAL	25	24

Fonte: IGAM, 2015.

Gráfico 7 - Usuários ativos em cobrança no Estado de Minas Gerais nas Bacias PCJ conforme segmento, no ano de 2015.



Fonte: IGAM, 2015.

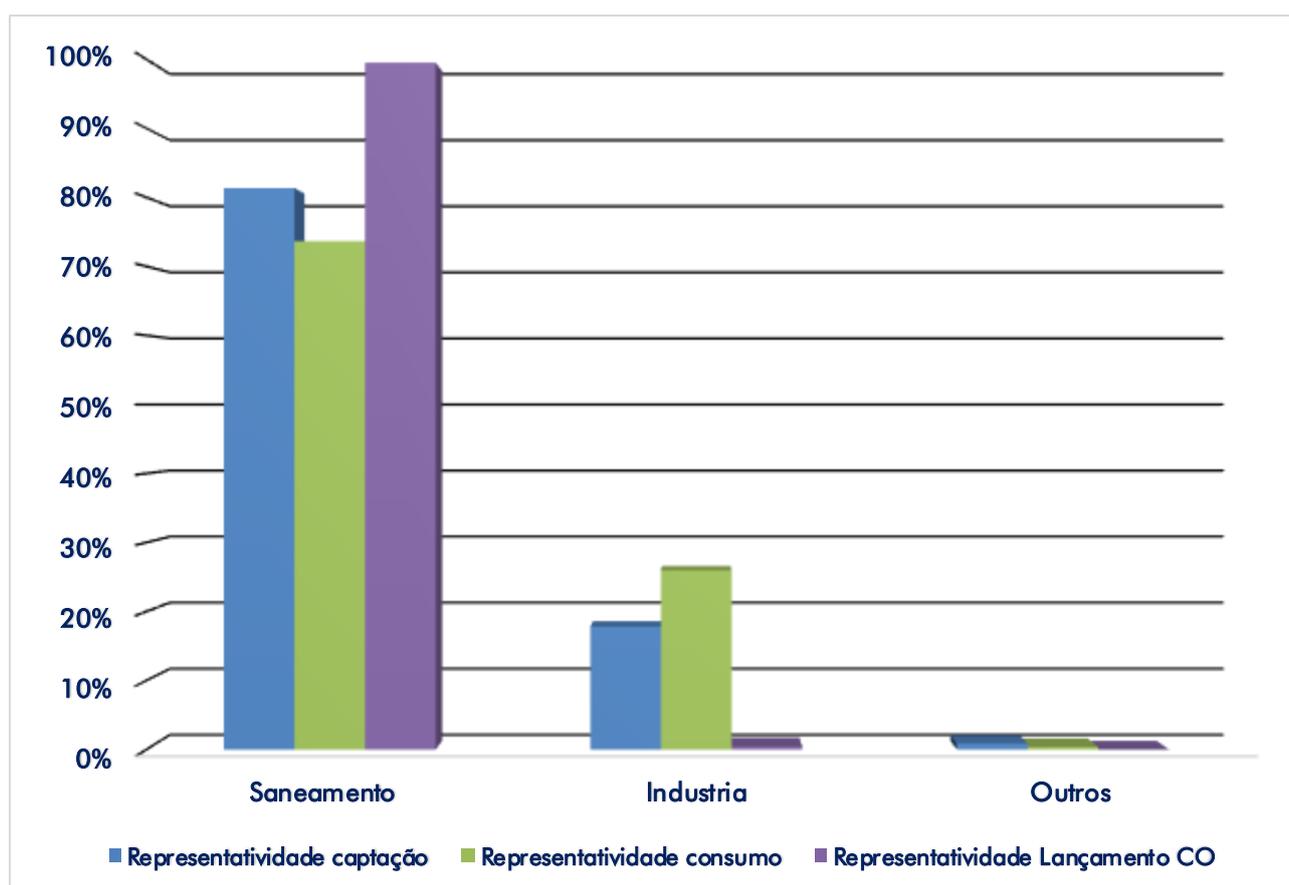
Quanto aos volumes, a Tabela 10 e o Gráfico 8 indicam que os usuários do segmento saneamento possuem o maior volume de captação e de consumo em 2015. Com relação à carga orgânica, o mesmo setor aparece com o maior lançamento.

Tabela 10 – Volume captado e consumido e lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano 2015.

Segmento	Volume captação (m ³)	Volume consumo (m ³)	Lançamento CO (Kg)
Saneamento	4.316.052	1.808.811	223.248
Indústria	944.099	637.899	1.053
Outros	45.274	8.762	-
TOTAL	5.305.426	2.455.472	224.300

Fonte: IGAM, 2015.

Gráfico 8 - Representatividade do volume captado e consumido e do lançamento de carga orgânica por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano 2015.



Fonte: IGAM, 2015.

Com relação aos valores, de modo geral, houve um aumento no valor cobrado na Cobrança Estadual Mineira em 2015 com relação à 2014, de quase 11%, conforme indica o a Tabela 11, com exceção do setor de usuários do segmento “Outros”, que apresentou queda. O setor de usuários Saneamento apresentou o maior valor cobrado.

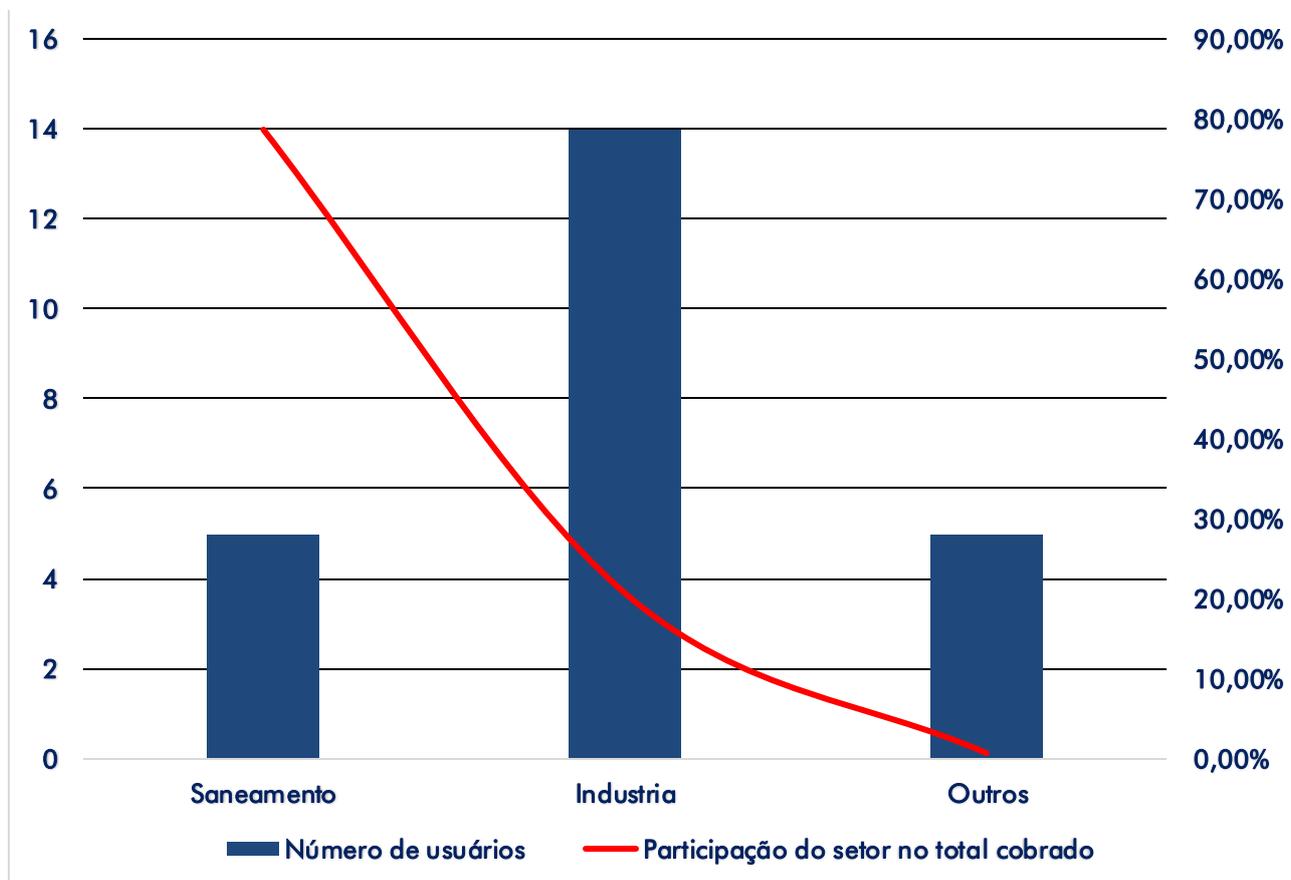
Tabela 11 – Valores cobrados por segmento de usuários da Cobrança Estadual Mineira nas Bacias PCJ, no ano de 2014 e 2015.

Segmento	Valor cobrado total (R\$)		Taxa
	2014	2015	
Saneamento	82.068,87	91.329,74	+11,28%
Indústria	20.080,11	23.988,91	+19,47%
Outros	1.248,20	753,24	-39,65%
TOTAL	103.397,18	116.071,89	+12,26%

Fonte: IGAM, 2015.

Conforme indicado no Gráfico 9, comparando-se o número de usuários em cada segmento com o seu valor cobrado em 2015, verificamos, conforme o gráfico a seguir, o setor de Saneamento, que possui o mesmo número de usuários do setor “Outros”, apresenta uma participação muito maior do valor cobrado total da Cobrança Mineira.

Gráfico 9 – Comparação entre o número de usuários de cada segmento e sua participação no valor total da Cobrança Estadual Mineira no ano de 2015.



Fonte: IGAM, 2015.

A planilha com a relação dos usuários com cadastro ativo para Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no âmbito estadual mineiro nas bacias PCJ pode ser acessada através do seguinte link: <http://www.agenciapcj.org.br/docs/cobranca/cadastro-cobranca-mineira-2015.pdf>